Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 7203/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/3575/2016
PROTOCOLO	: 1666251
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO
RESPONSÁVEL	: JOSÉ DOMINGUES RAMOS
CARGO	: PREFEITO MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 003/2016
PROMITENTE	: USIMIX LTDA
OBJETO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.E.Q.)
MODALIDADE	: PREGÃO PRESENCIAL N. 003/2016
VALOR	: R$ 274.500,00 (DUZENTOS E SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)
RELATOR (A)	: CONS. JERSON DOMINGOS

Trata o presente processo da análise do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 003/2016 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 003/2016, realizado pela Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo e a empresa Usimix Ltda, tendo por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de concreto betuminoso usinado a quente (C.B.E.Q.).

A 3ª ICE emitiu a análise ANA-3ICE-5939/2016 (f. 143/146), manifestando-se pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 03/2016 (1ª fase).

O Ministério Público de Contas em seu parecer (f. 147/148) concluiu pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços.

É o relatório.

Compulsando os autos verificamos que o procedimento licitatório Pregão Presencial e a formalização da Ata de Registro de Preços n. 03/16 foram devidamente instruídos e seguem as normas estabelecidas na Lei n. 10.520/2002 e na Lei n. 8.666/93, bem como estão de acordo com as determinações da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Diante do exposto, acolho a manifestação da 3ª ICE e o parecer do Ministério Público de Contas e DECIDO:

I – Pela REGULARIDADE do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 003/2016 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 003/2016, firmada pela Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo e a empresa Usimix Ltda, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2012, observado o disposto no art. 120, *caput*, I, "*a*", e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

II – pela COMUNICAÇÃO do resultado da decisão ao interessado, nos termos do art. 50 da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2012;

III - após as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, sejam os autos remetidos à 3ª Inspetoria de Controle Externo, nos termos do art. 120, II e III da RNTC/MS n. 76/2013 c/c o parágrafo único do art. 4º da Orientação Técnica Interna n. 03, de 2010.

Campo Grande, 08 de agosto de 2016.

Conselheiro Jerson Domingos
Relator

rc